

ESCÂNDALO DO INSS

474 mil contestam desconto

A reclamação já pode ser feita por meio do aplicativo Meu INSS. Governo não informou quando começa a devolução

» FERNANDA STRICKLAND
» RAFAELA GONÇALVES

Como contestar

Confira o passo a passo da contestação dos descontos indevidos

- Acesse o aplicativo **Meu INSS** e faça login com a sua conta **gov.br**.
- Clique na opção **"Do que você precisa?"** e digite **"consultar descontos de entidades"**.
- O aplicativo vai mostrar os valores descontados por associações **entre março de 2020 e de 2025**.
- **Marque se o desconto foi autorizado ou não**, para cada uma das entidades listadas.
- **Informe e-mail e telefone para contato** e, em seguida, declare se os dados são verdadeiros.
- Clique no botão **"enviar declarações"** para finalizar.



Fontes: INSS e advogados.

Pacífico/CB/D.A Press

Balanço divulgado ontem pelo presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Gilberto Waller Júnior, mostra dados alarmantes sobre a quantidade de denúncias envolvendo descontos não reconhecidos em benefícios previdenciários informados no primeiro dia de notificações. Segundo ele, até o fim da tarde, 480.660 manifestações haviam sido registradas no sistema, das quais 473.940 (98,6%) declararam não reconhecer o vínculo com entidades que apareciam como responsáveis pelas descontos mensais.

Porém, a autarquia ainda fará o cruzamento dessas respostas com documentação a ser apresentada pelas entidades. "Estamos lidando com uma situação extremamente grave", afirmou Waller, durante entrevista coletiva. "Essas pessoas alegam não ter qualquer relação com as entidades que estão realizando os descontos. Quando o vínculo é negado, o INSS intima automaticamente a instituição envolvida para apresentar justificativas e documentos comprobatórios em até 15 dias úteis", explicou.

Caso a entidade não comprove a legalidade do desconto, o INSS exigirá o reembolso imediato ao beneficiário — com atualização monetária pelo IPCA — por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU).

Contestações

Aposentados e pensionistas que tiveram descontos indevidos em seus benefícios já podem

verificar os valores e contestá-los. A consulta pode ser feita por meio do site e aplicativo Meu INSS. Esses beneficiários receberam uma notificação do INSS e devem informar, pelo mesmo canal, se os valores foram autorizados.

Waller destacou que não há prazo para o segurado fazer a comunicação de não reconhecimento. Por isso, quem ainda não conseguiu comunicar, por

congestionamento no sistema, pode fazer a qualquer momento.

O beneficiário será informado da resposta da entidade sobre os seus descontos por meio dos canais de atendimento disponibilizados pelo INSS e ainda poderá contestar a decisão, dessa vez apresentando os motivos e documentos comprobatórios da discordância. Se não for possível comprovar, a associação vai

receber uma Guia de Recolhimento da União (GRU) para que ela reembolse os valores descontados indevidamente, corrigidos pela inflação. A entidade terá outros 15 dias para fazer esse pagamento, para que o dinheiro seja repassado ao segurado em sua conta já cadastrada para recebimento do próprio benefício.

Essa fase de coleta de informações tem o objetivo de encontrar

as vítimas da fraude e fazer um diagnóstico completo dos valores que deverão ser devolvidos. Ainda não há prazo exato para o pagamento do reembolso, que vai depender do tempo de resposta da entidade para comprovar a regularidade do desconto ou ressarcir o valor indevido, conforme destacou a advogada Juliana Pereira de Barros Toledo, do Wilton Gomes Advogados.

DICAS

Reúna documentação

Em primeiro momento, o INSS não vai solicitar nenhuma documentação. No entanto, é importante guardar todos os comprovantes, como extratos bancários onde constam os descontos, e qualquer comunicação prévia que possa ter recebido da entidade que está realizando a cobrança.

Conteste formalmente

A contestação deve ser feita diretamente ao INSS. Isso pode ser realizado através do portal "Meu INSS" ou pela central de atendimento telefônico 135.

Cuidado com golpes

O INSS não faz contato por telefone ou e-mail. Utilize sempre os canais oficiais do INSS para obter informações. Não atenda a contatos que solicitem dados pessoais ou bancários por telefone ou por mensagens.

QUANDO SERÁ O PAGAMENTO?

O INSS não definiu a data para começar a devolução do dinheiro descontado de forma irregular. Essa fase de coleta de informações tem o objetivo de encontrar as vítimas da fraude e fazer um diagnóstico completo dos valores que deverão ser devolvidos.

Somente depois desse processo será feito o pagamento dos descontos indevidos aos beneficiários prejudicados. "O processo de notificação das associações e entidades envolvidas nas fraudes já está em andamento. Considerando a burocracia envolvida no processo, provavelmente o pagamento deve ocorrer nos próximos meses", apontou a advogada.

Judicialização

De acordo com as regras publicadas no *Diário Oficial da União*, nos casos em que a entidade nem responder à contestação do segurado, os descontos serão presumidos como irregulares e serão adotadas "medidas judiciais cabíveis para responsabilização das entidades ou de seus sócios", conforme explicou a advogada.

Caso a entidade não pague a guia emitida pelo INSS, o processo será finalizado no âmbito administrativo do órgão e o beneficiário será informado sobre a possibilidade de outros meios para resolver o caso. Neste caso, a judicialização do processo pode ocasionar uma demora ainda maior para o reembolso.

O INSS emitiu um alerta, ontem, sobre um perfil falso nas redes sociais para aplicar golpes em aposentados e pensionistas. De acordo com o órgão, a página no Instagram *@assistencia_inss* está utilizando de forma indevida o nome, a identidade visual e informações do INSS, principalmente sobre a liberação de reembolso de descontos indevidos.

Ministério da Cultura e **BR PETROBRAS** apresentam **A10**

Stepan Nercessian **Claudio Lins** **Patrícia França** **Sylvia Massari**
& GRANDE ELENCO

CHATO & OS DIÁRIOS ASSOCIADOS
100 anos de paixão

direção de Tadeu Aguiar
texto de Fernando Moraes & Eduardo Bakr

10 E 11 DE JUNHO EM BRASÍLIA
CENTRO DE CONVENÇÕES ULYSSES GUIMARÃES
SALA PLANALTO

vendas: *Ingresso Digital*

Patrocínio: **CEMIG** **MINAS GERAIS** **CORREIO BRAZILIENSE** **DIÁRIOS ASSOCIADOS**

Promoção:

Produção: **VOGLIA** Patrocinador Oficial: **BR PETROBRAS** Realização: **GOVERNO FEDERAL BRASIL** **MINISTÉRIO DA CULTURA** **UNIAO E RECONSTRUÇÃO**

BANCOS

Cadu Ibarra/CB/D.A Press



Paulo Henrique Costa foi reconduzido ao posto de presidente do BRB

BC libera a recondução do presidente do BRB

» ANA MARIA CAMPOS

O Banco Central deu o aval para que o presidente do Banco de Brasília (BRB), Paulo Henrique Costa, permaneça no cargo. A decisão foi comunicada ontem pelo BC à diretoria jurídica do BRB.

O Departamento de Organização do Sistema Financeiro (Deorf) do BC em Recife reconsiderou decisão que indeferiu, em janeiro, o pedido do BRB para posse e exercício de Paulo Henrique Costa na presidência da diretoria colegiada da instituição financeira.

Em 17 de outubro de 2024, Paulo Henrique foi reconduzido para mais dois anos de mandato, em decisão da diretoria colegiada do BRB. Mas a gerência-técnica do Deorf havia indeferido a permanência do executivo no comando do BRB.

Em 17 de outubro de 2024, Paulo Henrique foi reconduzido para mais dois anos de mandato, em decisão da diretoria colegiada do BRB. Mas a gerência-técnica do Deorf havia indeferido a permanência do executivo no comando do BRB.

Em janeiro, o Banco Central publicou a lista dos integrantes da diretoria colegiada do BRB, do Conselho Fiscal e do Conselho de

Administração do banco público. Faltou a recondução do presidente da instituição, Paulo Henrique Costa.

A indicação de Costa foi encaminhada na mesma ata dos demais executivos para a autoridade monetária. Mas o BC travou o processo. Na ocasião, o BRB informou que cometeu "um erro material" no preenchimento da instrução do pleito de renovação do mandato de Costa. Em seguida, o BRB providenciou a correção das informações fornecidas e submeteu a documentação ao BC, com pedido de reconsideração. As informações tramitam em sigilo. Mas a liberação saiu ontem.

Com a decisão, o BRB comunicou, ontem, o mercado sobre a recondução de Paulo Henrique Costa ao cargo de presidente do banco, ao qual ele foi eleito pelo Conselho de Administração em sua 851ª reunião, referente ao mandato de 2024 a 2026.

Paulo Henrique Costa está na presidência do BRB desde o início do governo de Ibaneis Rocha Regis, o Deorf comunicou que o pedido de reconsideração do BRB foi acatado.

SEM DESCONTO

PF cumpre dois novos mandados

» LUANA PATRIOLINO

A Polícia Federal cumpriu, ontem, dois novos mandados de busca e apreensão no âmbito da operação Sem Desconto, que investiga a fraude bilionária de descontos indevidos de aposentadorias e pensões do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Nesta fase, o objetivo é apurar a atuação de um operador financeiro ligado a uma Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Rurais do Brasil (Conafer), uma das entidades investigadas.

Entre 2019 e 2020, a entidade passou de R\$ 350,2 mil para R\$ 57 milhões: crescimento de 16.185%. A elevação continuou de 2022 para 2023: saiu de R\$ 92,2 milhões para R\$ 202,3 milhões em contribuições arrecadadas, subida de 119%.

A força-tarefa de ontem foi autorizada pela 10ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal. As ações foram cumpridas em na cidade de Presidente Prudente (SP). Os alvos são Cícero Marcelino de Souza Santos, apontado como assessor do presidente da Conafer, e a mulher e sócia dele, Ingrid Pinkskeni Moraes Santos.

De acordo com a Polícia Federal, "uma trilha financeira suspeita" envolve a associação, que teria recebido mais de R\$ 100 milhões do RGPS/INSS (Fundo do Regime Geral da Previdência Social). A investigação aponta um aumento expressivo em recebimento de descontos por parte da Conafer.

"Esse movimento de recursos de volta ao remetente sugere um possível ciclo de lavagem de dinheiro, no qual os valores recebidos podem estar sendo redirecionados para camuflar a verdadeira origem dos recursos", detalha a PF.